

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.737 - MG (2019/0192900-9)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : DROGAN DROGARIAS LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADOS : LUÍS GUSTAVO DE CASTRO MENDES - SP170183
RODRIGO HAMAMURA BIDURIN - MG165844
AGRAVADO : CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : HELIDA MARQUES ABREU SILVA - MG107272
BARBARA VIEIRA DA SILVEIRA - MG106776
DANIELA MIRANDA DUARTE - MG097402
DILSON ARAUJO DE SOUZA - MG045475
MANUELA VASCONCELLOS BANDEIRA - MG115799

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DROGAN DROGARIAS LTDA. e FILIAL(IS) contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 146):

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS. PAGAMENTO DE ANUIDADES. ARTIGO 22 DA LEI Nº 3.820/1960. 1. Relativamente à cobrança de anuidades e de taxas, vale a inclusão do disposto no art. 22 da Lei nº 3.820/1960, que determina: "Das Anuidades e Taxas. Art. 22. - O profissional de Farmácia, para o exercício de sua profissão, é obrigado ao registro no Conselho Regional de Farmácia a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho Regional até 31 de março de cada ano, acrescida de 20% (vinte por cento) de mora, quando fora desse prazo. Parágrafo único - As empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais farmacêuticas estão igualmente sujeitas ao pagamento de uma anuidade, incidindo na mesma mora de 20% (vinte por cento), quando fora do prazo". 2. Portanto, nos termos do regramento acima transcrito, as impetrantes, que se dedicam ao comércio varejista de produtos farmacêuticos, estão sujeitas ao pagamento de anuidades em favor do Conselho Regional de Farmácia sediado no âmbito de sua atuação. 3. "O parágrafo único do artigo 22, da Lei nº 3.820/60, estabelece a necessidade de inscrição nos Conselhos Regionais de Farmácia dos estabelecimentos que "exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais farmacêuticas". No mesmo sentido, o artigo 24 da mesma lei determina que "as empresas e estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico deverão provar, perante os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, que essas atividades são exercidas por profissionais habilitados e registrados", sob pena de pagamento da multa prevista no parágrafo único do referido artigo. " (AC 0034174-84.2001.4.01.9199 / MA, Rel. JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO, 7ª TURMA SUPLEMENTAR, e-DJF1 p.959 de 14/09/2012) 4. Apelação e remessa oficial providas. Segurança denegada.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 159/164).

No especial obstaculizado, os agravantes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 150, I, da Constituição Federal de 1988, 535, II, do CPC/1973 e 97, I e II, do Código Tributário Nacional.

Para tanto, sustentam: (I) que o Tribunal de origem não se manifestou sobre pontos essenciais à solução da controvérsia; (II) que houve violação ao princípio da legalidade; (III) a impossibilidade de cobrança de anuidades das filiais, apenas da matriz.

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fls. 220/233), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de: (I) ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro; (II) incidência da Súmula 83 do STJ e (III) não cabimento de REsp contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional.

Na presente irresignação, os agravantes alegam, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade, bem como que o Tribunal *a quo* usurpou da competência do STJ. Ao final, reiteram os argumentos anteriormente expendidos.

Contraminuta às e-STJ fls. 339/349.

Em parecer (e-STJ fls. 360/363), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a decisão do Tribunal de origem de admissibilidade do recurso especial não vincula o Superior Tribunal de Justiça, o qual procederá a um novo juízo de admissibilidade, uma vez que é competência exclusiva desta Casa a análise definitiva de admissibilidade do recurso. Nesse sentido: AgRg no AREsp 570.216/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 05/04/2017.

No tocante ao art. 150, I, da Constituição Federal de 1988, cumpre salientar que o recurso especial não é remédio processual adequado para conhecer de irresignação fundada em suposta afronta a preceito constitucional, sendo essa atribuição da

Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário (art. 102, III, da CF).

Ademais, não merece acolhimento a pretensão de reforma do julgado por negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, contudo em sentido contrário à pretensão recursal, o que não se confunde com o vício apontado. A propósito: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 887.885/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Corte Especial, julgado em 18/04/2018, DJe 26/04/2018.

Ademais, o julgador não está adstrito à fundamentação adotada no recurso para dirimir a demanda, assim como não está obrigado a refutar expressamente todas as teses aventadas pela defesa, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais rejeitou a pretensão deduzida.

Nesse sentido, consulte-se o AgInt no AREsp 1073999/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017 e AgInt no AREsp 790.307/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017.

Quanto ao tema de fundo, no caso concreto, a instância anterior dirimiu a questão nos termos da seguinte motivação (e-STJ fls. 141/144):

A controvérsia recursal gira em torno do reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade de pagamento de anuidades por parte das Drogarias - Impetrantes exigidas pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais.

Quanto à cobrança de anuidades e de taxas, vale a inclusão do disposto no art. 22 da Lei nº 3.820/1960, que determina:

[...]

Parágrafo único - As empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais farmacêuticas estão igualmente sujeitas ao pagamento de uma anuidade, incidindo na mesma mora de 20% (vinte por cento), quando fora do prazo.

Portanto, nos termos do regramento acima transcrito, as impetrantes, que se dedicam ao comércio varejista de produtos farmacêuticos, estão sujeitas ao pagamento de anuidades em favor do Conselho Regional de Farmácia sediado no âmbito de sua atuação. (fls. 17/21)

[...]

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO à apelação e à remessa oficial para denegar a segurança pleiteada e reconhecer a obrigatoriedade do pagamento de anuidades por parte da impetrante ao respectivo conselho de classe, nos termos do art. 22 da Lei nº 3.820/1960.

Como se vê, o art. 97, I e II, do Código Tributário Nacional, apontado como violado, não possui comando capaz de isoladamente sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284 do STF – "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: AgRg no

AREsp 161.567/RJ, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; REsp 1.163.939/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

Não bastasse isso, o Tribunal de origem, soberano na análise do aspecto fático-probatório, assentou o entendimento de que a atividade principal exercida pelas empresas recorridas dá ensejo à inscrição nos quadros do Conselho de Fiscalização Profissional e, por consequência, o pagamento de anuidade.

Nesse contexto, a desconstituição de tal posição, na forma pretendida, demandaria, indubitavelmente, o revolvimento do arcabouço probatório, providência inviável na via do recurso especial, em função do óbice da Súmula 7 desta Corte Superior.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 20, § 3º, DO CPC/73. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. CONSELHO REGIONAL. ANUIDADES. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À ECONOMIA. ACÓRDÃO EMBASADO EM PREMISSAS FÁTICAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É entendimento pacífico desta Corte que a ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282, do Supremo Tribunal Federal.

III - A obrigatoriedade de inscrição no Conselho Profissional, e por consequência o pagamento da anuidade, é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados.

IV - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, com o objetivo de acolher a pretensão recursal acerca da obrigatoriedade do registro da Agravada no Conselho Regional de Economia demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

V - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1507297/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 23/09/2016) (Grifos acrescidos)

Por fim, o emprego daqueles verbetes quando do exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional prejudica a análise da divergência jurisprudencial suscitada (AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 24/09/2014).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b",

Superior Tribunal de Justiça

do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator